



Líderes discutem minirreforma eleitoral para vigorar em 2014



Moreno Camargo/ABR

José Cruz/Agência Senado

Jucá (E) propõe diminuir o período de campanha em um mês, possibilitando a redução de gastos com material de propaganda

Proposta será apresentada amanhã aos líderes partidários e foi elaborada com base em projetos em tramitação no Senado

Na sexta-feira, Romero Jucá adiantou os principais pontos da proposta de minirreforma eleitoral que deve apresentar amanhã aos líderes partidários. Segundo o senador, a intenção é simplificar e diminuir os gastos e dar transparência às campanhas.

Orientação do presidente da Casa, Renan Calheiros, é que o texto possa ser discutido e votado antes de outubro, de forma que as mudanças tenham validade já nas eleições de 2014. **2**

Ana Amélia quer explicações sobre contratação de médicos cubanos

A senadora disse ter informações de que, dos R\$ 10 mil a serem pagos aos médicos, R\$ 8,5 mil ficarão com o governo de Cuba. **4**



José Cruz/Agência Senado

Relatório da LDO reduz obrigações dos estados em programas 3

Audiências sobre o Marco Civil da Internet terão interatividade 4

Congresso recebe Dilma amanhã para celebrar Lei Maria da Penha 2



José Cruz/Agência Senado

Para Gurgacz, partidos devem reavaliar relação com a sociedade

Senador destaca congresso do PDT que debateu como as recentes manifestações populares exigem mudanças e adaptação. **2**

Legislativo precisa aprofundar análise da saúde no país, diz Mozarildo

Relator-revisor da MP que cria o Programa Mais Médicos, o senador se comprometeu a fazer diagnóstico completo do setor. **4**



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Figueiró pede que Brasil se afaste do Mercosul e negocie com cada país

Para senador, as relações no Mercosul estão deterioradas e o Brasil deve negociar diretamente com os países vizinhos e da Europa. **3**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Jucá apresenta pontos da minirreforma eleitoral

Proposta leva em conta vários projetos em tramitação no Senado e serviu de base para a discussão inicial sobre a minirreforma, ocorrida durante reunião com os líderes partidários da Casa no dia 14

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) destacou, em pronunciamento no Plenário sexta-feira, os principais pontos de uma proposta de minirreforma eleitoral que deve apresentar amanhã aos líderes partidários e membros da Mesa do Senado, seguindo orientação do presidente da Casa, Renan Calheiros, de elaboração de um texto para ser discutido e votado antes de outubro deste ano, de forma que as mudanças tenham validade já nas eleições de 2014.

— A intenção é caminhar na direção da expectativa popular e dos próprios partidos políticos, que é a simplificação e diminuição dos gastos de campanha, enfim, a transparência e a homogeneidade da campanha — justificou.

Um dos pontos do texto a ser apresentado na terça-feira é a redução do prazo das campanhas em um mês. Em vez de começarem em junho, elas teriam partida em 5 de agosto. De acordo com o senador, a supressão significa diminuir os gastos com pessoal, aluguel de imóveis, aluguel de carros, carros de som e na distribuição de material impresso.

A proposta também acaba com a divulgação de partidos e candidatos por meio de faixas, cartazes, placas e pinturas de muro.

Em relação às convenções, que se estenderão até 31 de julho, Jucá sugere que as atas com os resultados estejam disponíveis para publicação oficial até 24 horas depois do encerramento. Hoje, o

espaço de tempo é de até cinco dias e permite, conforme o parlamentar, “arranjos ao arrepio” do que foi decidido pela convenções. Além disso, a mudança de candidatos só poderá ocorrer até 15 dias antes do pleito.

Principais pontos

- ▶ As **campanhas** começarão em 5 de agosto, em vez de junho.
- ▶ As **convenções** se estenderão até 31 de julho, incorporando o tempo retirado das campanhas. As atas com os resultados deverão estar disponíveis nos meios de comunicação, para publicação oficial, até 24 horas depois do encerramento.
- ▶ Fim da divulgação de partidos e candidatos por meio de **faixas, cartazes, placas e pinturas de muro**.
- ▶ Proibição do chamado **envolvimento de carros**, a aplicação de adesivos sobre amplo espaço da parte externa dos veículos (os adesivos terão um limite máximo).
- ▶ A **mudança de candidatos** só poderá ocorrer até 15 dias antes do pleito.



Jucá diz que proposta vai deixar campanhas mais transparentes

Gurgacz: congresso do PDT busca respostas ao clamor das ruas

As mudanças exigidas pelas manifestações que eclodiram no país estão na pauta da segunda fase do 5º Congresso Nacional do PDT, que ocorreu sexta e sábado em Brasília, relatou o líder da bancada no Senado, Acir Gurgacz (RO).

— A sociedade em rede, conectada em tempo real e com poder para influenciar decisões sem uma representação institucional, exige uma mudança e essas adaptações de todos os partidos. Esse é o debate que estamos travando dentro do PDT e que pretendemos levar para toda a sociedade, com propostas firmes e transformadoras para a reforma política — disse.

Para o senador, Leonel Brizola, liderança histórica do partido que morreu em junho de 2004, estaria satisfeito em ver novamente o povo nas ruas exigindo melhor aplicação dos recursos públicos e medidas contra a corrupção.



José Cruz/Agência Senado

Dilma receberá no Congresso relatório da CPI da Mulher

A presidente Dilma Rousseff estará amanhã no Congresso. Ela participará, às 11h, da sessão solene pelos sete anos da Lei Maria da Penha, que protege a mulher contra a violência doméstica e familiar.

Durante a sessão, Dilma receberá uma cópia do relatório final da CPI da Violência contra a Mulher. Durante 16 meses, senadores e deputados percorreram o país verificando o cumprimento da lei. Constataram que mulheres continuam sendo mortas e espancadas porque o poder público não segue as determinações da norma à risca — faltam, por exemplo, delegacias da mulher e juizados de violência doméstica.

A CPI propôs uma série de projetos de lei para garantir a proteção das mulheres. Parte está na pauta do Senado. A comissão foi presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e teve a senadora Ana Rita (PT-ES, foto) como relatora.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos.

LEI DE ARBITRAGEM Sugestões

9h30 A comissão de juristas que elabora o anteprojeto da Lei de Arbitragem promove audiência para colher sugestões.

COMISSÃO DA VERDADE Ditadura

10h Audiência pública interativa para debater os abusos de agentes do Estado durante a ditadura militar.

TEMAS ESTRUTURAIS Orçamento

18h30 A subcomissão permanente que trata de temas da economia debate assuntos relacionados a orçamento público.

TERÇA

CCT Internet

8h15 Audiência pública interativa para debater o Marco Civil da Internet.

CMA Gás de xisto

8h30 Audiência na Comissão de Meio Ambiente debate a exploração do gás.

CCJ Novo procurador-geral

9h Projeto de aposentadoria especial a servidor com deficiência. Leitura de relatório com a indicação de Rodrigo Janot para procurador-geral da República.

CAE Doenças raras

10h Projeto cria fundo de pesquisa para doenças raras. Às 11h30, o presidente do BNDES participa de audiência.

CONGRESSO Dilma Rousseff

11h Sessão solene destinada a comemorar os sete anos da Lei Maria da Penha, com a participação da presidente da República, Dilma Rousseff. Durante a cerimônia, Dilma receberá o relatório final da CPI da Violência contra a Mulher.

CE Fundeb

11h Na pauta, projeto que exclui dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundeb.

CAS Aeronauta

11h Audiência para instruir projeto alterando lei que modifica a jornada de trabalho do aeronauta.

QUARTA

CI/CAE Petróleo

7h30 Audiência conjunta para debater a primeira rodada de leilões do pré-sal. Indicação de Waldyr Barroso para a ANP.

CAS Medicamentos

9h Proposta autoriza farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social.

CDR Fundo do Nordeste

9h Em exame, projeto que modifica os parâmetros de renegociação das dívidas de operações de crédito rural do Fundo de Financiamento do Nordeste.

CE Residência pedagógica

10h Instrução de projeto para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica. A comissão ouviu representantes da categoria.

CCJ Tribunais eleitorais

10h Proposta que muda forma de escolha de juízes dos tribunais eleitorais consta da pauta da comissão.

SEMINÁRIO Anistia

10h Abertura do seminário 34 anos da Lei de Anistia — momento de reflexão, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara.

POLÍTICAS PÚBLICAS Seminário

10h Seminário de Avaliação de Políticas Públicas no Legislativo, no Auditório do Interlegis.

CPI DA ESPIONAGEM Instalação

10h15 Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem.

QUINTA

CCT Marco Civil da Internet

8h15 A Comissão de Ciência e Tecnologia realiza audiência pública interativa para discutir o Marco Civil da Internet.

CRE Embaixadores

10h Indicação de Antonio José Vallim Guerreiro para embaixador na Rússia; e de Marcos Bezerra Abbott Galvão, junto à Organização Mundial do Comércio.

REGULAMENTAÇÃO Greve de servidor

14h Comissão de consolidação de leis discute o direito de greve do servidor público.

SEXTA

CMC Desastres naturais

9h Desastres naturais é tema de audiência pública em Florianópolis.

RIO SÃO FRANCISCO Audiência

13h A Comissão Externa para Acompanhar o Programa de Transposição do São Francisco realiza audiência pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Relatório da LDO facilita transferência para estados

Texto final, que deve ser votado amanhã na Comissão de Orçamento, prevê a redução da contrapartida obrigatória de estados e municípios para execução de programas com verba federal

A REDUÇÃO DA contrapartida obrigatória de estados e municípios para execução de programas com verba federal foi incluída no relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013).

— Só não extinguimos porque a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga a ter contrapartidas — afirmou o relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Danilo Forte (PMDB-CE).

A contrapartida mínima dos municípios de até 50 mil habitantes caiu de 2% do valor do convênio para 0,1% do total. A menor porcentagem para municípios com mais de 50 mil habitantes era de 8% e foi para 1% do total. Nos estados, a contrapartida foi de 10% para 2%.

Em caso de convênios celebrados com a União por consórcios de estados



Forte (ao lado de Lobão Filho, 3º à esq.) acatou 2.050 emendas no parecer

e municípios, o percentual foi de 2% para 0,1%. Danilo Forte também incluiu os percentuais de contrapartida em transferências a instituições de ensino superior estaduais e municipais, com mínimo de 0,1% e máximo de 1%.

Outra regra para facilitar a transferência de recursos da União para estados e municípios prevista no relatório estabelece validade de quatro meses para o extrato do Serviço Auxiliar de Informações para

Transferências Voluntárias (Cauc), do Tesouro Nacional. A ferramenta on-line é utilizada para indicar, automaticamente, se o município ou o estado que recebe transferência de recursos da União está em dia com 22 exigências previstas, como a regularidade previdenciária. Com a mudança, a validade do Cauc será compatível com a divulgação dos relatórios de gestão fiscal de estados e municípios.

Emendas

Das 4.085 emendas apresentadas ao texto, o relator aceitou 2.050 (273 com aprovação completa e 1.777 com aprovação parcial). Outras 2.029 emendas foram rejeitadas e 6 não foram admitidas. Os parlamentares podem apresentar destaques ao relatório final até amanhã, quando haverá reunião do relator com os líderes dos partidos na CMO. O presidente do colegiado, senador Lobão Filho (PMDB-MA), quer votar o texto amanhã às 15h.

Contrapartida de estados e municípios

	TEXTO ORIGINAL DA LDO	RELATÓRIO FINAL
Municípios		
▪ Com até 50 mil habitantes	2% a 4%	0,1% a 4%
▪ Com mais de 50 mil habitantes localizados em áreas especiais*	4% a 8%	0,2% a 8%
▪ Outros	8% a 20%	1% a 20%
Estados e Distrito Federal		
▪ Localizados em áreas especiais*	5% a 10%	0,1% a 10%
▪ Demais	10% a 20%	2% a 20%
Consórcios de estados e municípios		
	2% a 4%	0,1% a 4%

* Áreas do semiárido, da Sudene, Sudam, Sudeco, de fronteiras e de regiões metropolitanas em desenvolvimento

Presidente do BNDES explica empréstimos ao Grupo EBX

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho (foto), comparecerá ao Senado para esclarecer a política de operações creditícias feitas ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista. A audiência, promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será amanhã, às 11h30.

A atuação do BNDES tem sido questionada por senadores, tanto no que se refere a empréstimos feitos a empresas quanto a operações com títulos do Tesouro Nacional. No caso do Grupo EBX, que enfrenta um colapso, estima-se que os empréstimos feitos nos últimos anos pelo banco cheguem a R\$ 10,4 bilhões.



José Cruz/Agência Senado

Relatório da MP 615, com 104 emendas, será apresentado amanhã

Está prevista para amanhã a leitura e a votação do relatório da Medida Provisória (MP) 615/2013 na comissão mista que analisa a matéria. O texto — que recebeu 104 emendas — autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar e de etanol da Região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canais com equalização da taxa de juros.

À MP 615/2013 foram agregados outros temas na comissão. O relator da matéria, Gim (PTB-DF), antecipou na quinta-feira a incorporação da hereditariedade na licença para exploração do serviço de táxi.



Lin de Paula/Agência Senado

Figueiró recomenda que Brasil agora se afaste do Mercosul

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) recomendou que o Brasil se afaste do Mercosul e comece a negociar diretamente com cada país da América Latina ou mesmo com os da Europa, como já anunciado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Figueiró usou a expressão “delenda Mercosul” para recomendar a adoção de medidas drásticas o mais rápido possível. Ele informou que, no discurso de posse, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, manifestou desinteresse em retornar ao bloco. O senador disse que a ideia de criação do Mercosul para intercâmbio comercial foi interessante, mas que as relações estão deterioradas.



José Cruz/Agência Senado

Abusos no regime militar serão debatidos em audiência interativa

Com participação do ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade e ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles, a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça do Senado debaterá em reunião hoje os abusos de agentes do Estado durante a ditadura militar.

Também foram convidados para o debate Fábio Borges, pesquisador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (UnB); Gilney Viana, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Maria Eliana de Castro Pinheiro, do Comitê pela Verdade, Memória e

Justiça do Distrito Federal. Os debatedores também devem interagir com o público por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado (0800 612211).

O objetivo da subcomissão é apoiar as investigações sobre violações aos direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ Tempo real: <http://bit.ly/CDHMVJ>
- ▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ Facebook: [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ Twitter: [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ Taquigrafia: <http://bit.ly/notasCDHMVJ>
- ▶ TV: www.senado.leg.br/TV
- ▶ Alô Senado: 0800 612211

Subcomissão de temas estruturais discute orçamento



Marcos Oliveira/Agência Senado

A subcomissão permanente criada para tratar de temas estruturais e de longo prazo discutirá hoje, na primeira audiência pública, assuntos relacionados ao orçamento, como o atendimento às manifestações populares e o orçamento impositivo. O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A audiência foi proposta por Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente e vice-presidente do colegiado, respectivamente.

Durante a audiência, os senadores e convidados

deverão discutir, ainda, a composição dos gastos públicos, os entraves ao crescimento de longo prazo, a proposta de Lei de Responsabilidade Orçamentária e a transparência. Também estão entre os temas propostos o papel do Congresso no ciclo orçamentário, além das metas fiscais da LDO e crescimento de longo prazo.

Foram convidados a secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Célia Corrêa; o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland de Brito; e o especialista em finanças públicas Raul Velloso.



Geraldo Magela/Agência Senado

Técnicos analisam impactos da exploração de gás de xisto

A inclusão de áreas de gás natural não convencional, conhecido como gás de xisto, no próximo leilão da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em novembro, motivou o pedido de realização de audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), marcada para amanhã.

A grande vantagem do produto estaria no custo — o preço do gás de xisto vendido nos Estados Unidos é 80% menor que o gás natural brasileiro. Já a desvantagem está na dificuldade de obtenção do produto e nos impactos



Jone de Araújo/Agência Senado

ambientais decorrentes da exploração dos campos em bacias sedimentares.

Os riscos ambientais levaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) a enviar, no início de agosto, carta à presidente Dilma Rousseff pedindo que seja sustada a licitação anunciada pela ANP.

Essas mesmas questões, somadas à preocupação com as consequências do baixo preço do gás de xisto nos Estados Unidos sobre a competitividade da indústria brasileira, levaram o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) a propor o debate na CMA.

Marco Civil da Internet será tema de audiências interativas

Especialistas, representantes do governo e das empresas de telecomunicações discutirão pontos como o princípio da neutralidade, a privacidade dos usuários e o armazenamento de dados

ANTES MESMO QUE o projeto chegue ao Senado, começa na Casa o debate a respeito do Marco Civil da Internet. Em duas audiências públicas, uma amanhã e outra na quinta-feira, os senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vão ouvir as opiniões de especialistas, de representantes do governo e das empresas de telecomunicação e de tecnologia a respeito do projeto (PL 2.126/2011) que estabelece os direitos e deveres básicos dos internautas.

Pessoas de todo o país podem enviar perguntas e comentários para as audiências, desde já, por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211).

Relatada pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ), a proposta ainda não foi votada na Câmara por falta de acordo. Os dispositivos que tratam da chamada neutralidade da rede, da privacidade do usuário e do armazenamento de dados do internauta sofrem oposição das empresas de telecomunicações e de tecnologia. Esses pontos, além da espionagem de dados de internautas brasileiros feita pelo governo americano, devem estar no centro dos debates da CCT.

O projeto de Marco Civil da Internet foi apresentado pelo governo em 2011, tendo como base o documento *Princípios para a Governança e o Uso da Internet*, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O texto reconhece que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania e estabelece que a disciplina do uso da rede no país deve ser norteada pela defesa da liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, pela proteção da privacidade e pela preservação da segurança, da estabilidade e da natureza participativa da rede.

Alterações no currículo escolar têm parecer contrário da relatora



Dez projetos que tramitam em conjunto no Senado tratam da alteração no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio. Os textos podem ser votados amanhã, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, mas têm parecer contrário da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Entre as propostas de inclusão de conteúdos estão, por exemplo, educação financeira (PLC 171/2009) e primeiros socorros (PLS 143/2008).



Proposta de marco civil reconhece acesso à internet como direito de cidadania

Empresas do setor querem evitar prejuízos ao modelo de negócios

Os pontos mais polêmicos são os que estabelecem deveres para as empresas que lidam com internet: provedores de acesso, operadoras de telefonia celular e sites em geral. O princípio da neutralidade da rede obriga o tratamento isonômico de qualquer pacote de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço ou aplicativo, proibindo discriminar ou degradar o tráfego em decorrência disso. Operadoras de celular alegam que esse ponto prejudica o

modelo de negócios delas: muitas vendem pacotes de tráfego de dados que permitem o acesso somente a sites e serviços específicos, bloqueando o acesso a páginas em geral.

As empresas de telecomunicação também se queixam das regras relativas à privacidade do usuário. O projeto proíbe o armazenamento dos dados por parte dos provedores de acesso, mas, segundo as companhias, não impede que grandes sites, como Google e Facebook, façam o mesmo.

Para Berners-Lee, proposta põe Brasil à frente dos outros países

Apesar das controvérsias, o projeto ganhou, em maio, um importante apoio: o cientista britânico Tim Berners-Lee, considerado o pai da web, elogiou a proposta durante uma conferência no Rio de Janeiro, dizendo que o Brasil está à frente dos demais países por discutir o tema sob a perspectiva dos direitos humanos.

O autor do requerimento para a realização dos debates é Vital do Rêgo (PMDB-PB). Foram convidados para a audiência de amanhã João Batista de Rezende, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Maximiliano Martinhão, do Ministério das

Comunicações; Marivaldo de Castro, do Ministério da Justiça; José Francisco de Araújo Lima, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); e Veridiana Alimonti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h15

▶ Tempo real:

<http://bit.ly/CCT1MarcoInternet> (amanhã)
<http://bit.ly/CCT2MarcoInternet> (quinta)

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: eCidadaniaSF

▶ Twitter: @e_cidadania

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Alô Senado: 0800 612211

Projeto quer evitar cobrança de 13ª parcela nas mensalidades escolares

O pagamento das matrículas, anuidades ou semestralidades escolares pode ser alterado para evitar que seja cobrada dos pais uma 13ª parcela. Projeto que faz duas alterações na Lei 9.870/1999 deve ser apreciado amanhã, na Comissão de Educação (CE).

Substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 217/2009, de Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado na última reunião da CE.

O texto original determina que o valor pago pela matrícula será incluído no valor total das anuidades e estabelece que a multa pelo cancelamento não poderá ser superior a 20%.

Parlamentares propõem quatro debates sobre MP que criou Programa Mais Médicos

A comissão mista da Medida Provisória 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos, se reúne amanhã para votação de requerimentos, quatro deles propondo audiência pública. Já foram apresentadas 567 emendas ao texto.

A MP estabelece novos parâmetros para a formação médica no Brasil, como a prática obrigatória de dois anos no Serviço Único de Saúde (SUS) para os estudantes de Medicina e a convocação de médicos, inclusive estrangeiros, para atuarem nas periferias de grandes cidades e no interior. Os profissionais receberão bolsa federal de R\$ 10 mil, paga pelo Ministério da Saúde, mais ajuda de custo, e farão especialização em atenção básica durante



Senador João Alberto preside comissão que analisa MP 621

os três anos do programa.

A proposta vem recebendo críticas das entidades médicas. Um dos pontos polêmicos é a permissão aos profissionais com diploma estrangeiro para trabalhar sem passar pela Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior (Revalida). A comissão é presidida por João Alberto Souza (PMDB-MA).

Ana Amélia questiona contratação de 400 médicos cubanos

Procuradores do Trabalho ouvidos pela imprensa dizem haver irregularidades trabalhistas na operacionalização do Programa Mais Médicos, disse Ana Amélia (PP-RS).

A senadora cobrou do governo explicações sobre a contratação de 400 médicos cubanos, por meio de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), para atuar no interior do país, no âmbito do programa.

Ana Amélia disse ter recebido informações de que, dos R\$ 10 mil de salário a serem pagos aos médicos, apenas R\$ 1.500 serão entregues aos profissionais, sendo os demais R\$ 8.500 destinados ao governo de Cuba. Ela disse



Senadora destaca denúncias de irregularidades trabalhistas

que vai propor a comissões do Senado ouvir o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e representantes da Opas sobre o tema.

— Isso é precarização do trabalho — disse.

Segundo a senadora, o contrato dos médicos cubanos prevê que custos com moradia e alimentação estarão a cargo dos municípios, “que já estão com situação financeira abalada”.

Mozarildo pede análise profunda sobre falta de estrutura para a saúde

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse na sexta-feira esperar que o Congresso Nacional faça um diagnóstico mais profundo sobre o problema da saúde brasileira ao analisar a medida provisória do Programa Mais Médicos (MP 621/2013). Para o senador, que já exerceu a medicina e é relator-revisor da medida provisória, o problema da saúde no Brasil passa primeiro pela falta de estrutura e equipamentos nas cidades.

— Após essas manifestações, surge essa ideia de que a saúde não vai bem porque falta médico. É uma realidade, mas não é a primeira realidade. A primeira realidade é a falta de estrutura nos



Mozarildo promete se envolver a fundo com a questão dos médicos

municípios para que nem sequer o médico atenda o que chamamos de atenção básica.

Mozarildo disse que não tem xenofobia contra médicos do exterior e lembrou que Roraima pode ter sido o estado pioneiro na contratação de estrangeiros, em 1997.

O senador se comprometeu a fazer um diagnóstico completo da questão da saúde como revisor da MP do Mais Médicos.